

**PROCESSO** - A.I. Nº 114135.0004/02-0  
**RECORRENTE** - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ZAPELINI LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - PEDIDO DE DISPENSA DE MULTAS – Acórdão 1ª CJF nº 0396-11/03  
**ORIGEM** - INFAZ SIMÕES FILHO  
**INTERNET** - 04.03.04

## CÂMARA SUPERIOR

### ACÓRDÃO CS Nº 0052-21/03

**EMENTA:** ICMS. DISPENSA DE MULTA. APLICAÇÃO DA EQUIDADE. A motivação apresentada pelo recorrente para o atendimento do seu pedido de dispensa de multa não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 2º, do art. 159 do RPAF/99, nem ficou comprovado o pagamento do principal e seus acréscimos. Pedido **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Pedido de Dispensa ou de Redução de Multa que ora se aprecia tem por objeto dispensa ou redução das multas de 60% e 150% dos valores do imposto devido, exigido no Auto de Infração nº 114135.0004/02-0, ao apelo de equidade, conforme previsto no art. 159, inciso II e § 2º do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal.

As multas reprimem o uso indevido de crédito fiscal relativo a aquisições interestaduais de combustíveis, a partir de notas fiscais onde não há destaque do ICMS, deixando de atender ao disposto no art. 359, § 2º do Regulamento do ICMS e pelo uso de crédito fiscal de ICMS por não haver entrado a mercadoria ou pelo serviço não ter sido prestado.

Em seu pedido a Peticionária alega, em síntese, que agira de boa-fé, sem dolo, e sim com base em interpretação sistemática da legislação tributária e que as multas aplicadas, de 60% e de 150% do valor do imposto têm, no seu entendimento, caráter confiscatório.

Foi registrada nos autos a constatação de intempestividade na apresentação do pedido.

Não tendo a petição sido indeferido de plano pela autoridade a que foi dirigida ou pelo órgão preparador, face o registro de constatação de intempestividade, foi ela submetida à análise da Procuradoria Fiscal, tendo a ilustre procuradora fiscal Dra. Maria Dulce Baleeiro Costa apresentado Parecer, fl. 258, em que manifesta o entendimento de que *“Da análise dos autos, verifico que o autuado não preenche os requisitos para o deferimento do Pedido, pois não foi apresentada a prova do pagamento do imposto e acréscimos, conforme preceitua o art. 159 do RPAF/99.”*, tendo a ilustre procuradora transcrito o § 2º do referido artigo, que diz:

*“§ 2º O pedido a que se refere este artigo será formulado no prazo de 30 (trinta) dias após a intimação do Auto de Infração, da Notificação Fiscal ou da Decisão do órgão julgador, acompanhado da comprovação do pagamento do principal e seus acréscimos.”*

Diante disso, a ilustre procuradora do Estado entendeu que o pedido deve ser indeferido.

Compulsando-se os autos verifica-se a ausência de comprovação do pagamento do imposto reclamado na autuação e de seus acréscimos.

## VOTO

O Pedido de Dispensa de Multa que ora se julga, Protocolado sob nº 500788/2003-0 em 26/08/03, não está acompanhado da prova do pagamento do principal e seus acréscimos, como exige o § 2º do art. 159 do RPAF.

Faltando-lhe o cumprimento de condição essencial para seu exame, voto pelo NÃO CONHECIMENTO do Pedido de Dispensa de Multa.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da Câmara Superior do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Pedido de Dispensa de Multa apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **114135.0004/02-0**, lavrado contra **TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ZAPELINI LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$18.523,35**, sendo R\$16.884,76, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 60% sobre R\$8.959,66 e 150% sobre R\$7.925,10, previstas, respectivamente, no art. 42, VII, “a” e V, “b”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes, e R\$1.638,59, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a”, da referida lei, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de dezembro de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

CÉSAR AUGUSTO DA SILVA FONSECA – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PGE/PROFIS